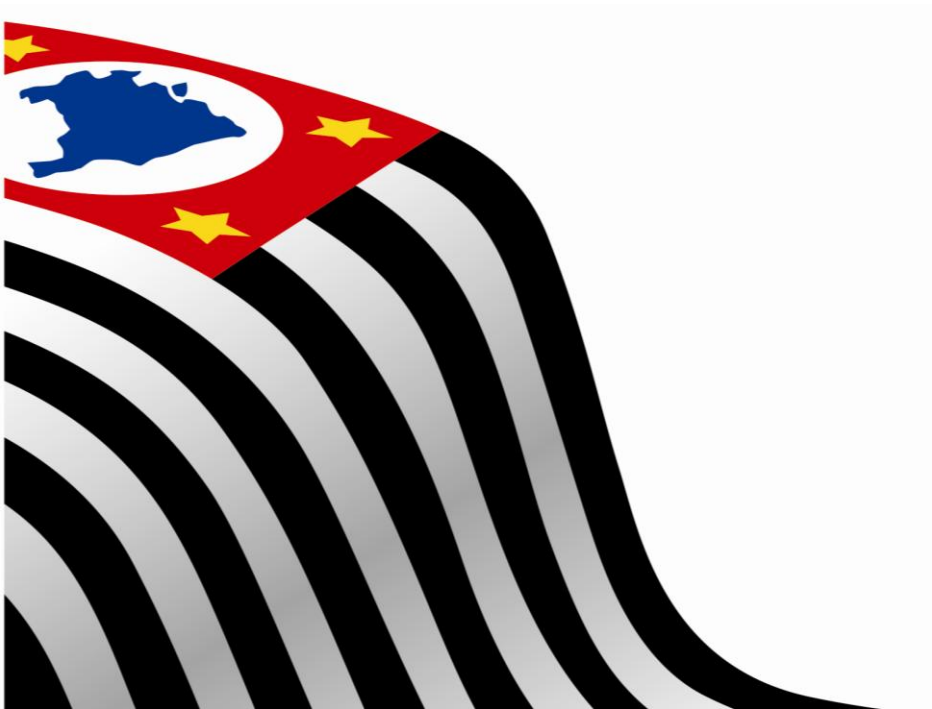


# **Plano de Fiscalização de Unidades de Conservação - SIM**

---



**Formação  
Socioambiental**

# Pressupostos



1. O campo ambiental “busca” o campo educacional para viabilizar a disseminação de valores, concepções, preocupações e interesses forjados nos “ambientalismos”.
2. A educação ambiental não surge, necessariamente, de preocupações exclusivas do campo educacional e, atualmente, não tende a ser compreendida como exclusividade do campo ambiental, sendo cada vez mais discutida com subsídios do campo educacional e constituindo-se, ela própria, como um campo.
3. De diferentes concepções de “ambiente” e conflitantes compreensões sobre os sentidos da educação, temos, também, diversas maneiras de conceber educação ambiental.

# Pressupostos

## QUESTÃO AMBIENTAL

O problema ambiental é uma manifestação de conflitos de interesses entre os próprios homens: o meio ambiente é explorado por ações produtivas e mercantis.

## EDUCAÇÃO

Processo educativo encarregado de questionar a realidade historicamente dada e propor intervenções socioambientais voltadas a problemas locais.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Prioriza ação pedagógica voltada à reflexão do funcionamento dos sistemas Sociais.
- Concepção complexa da problemática socioambiental (une social com natural)

**VALORES:** Problematização - Compreensão – Intervenção – Transformação - Emancipação



Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA)

Formação no contexto da Gestão Ambiental Pública (GAP)

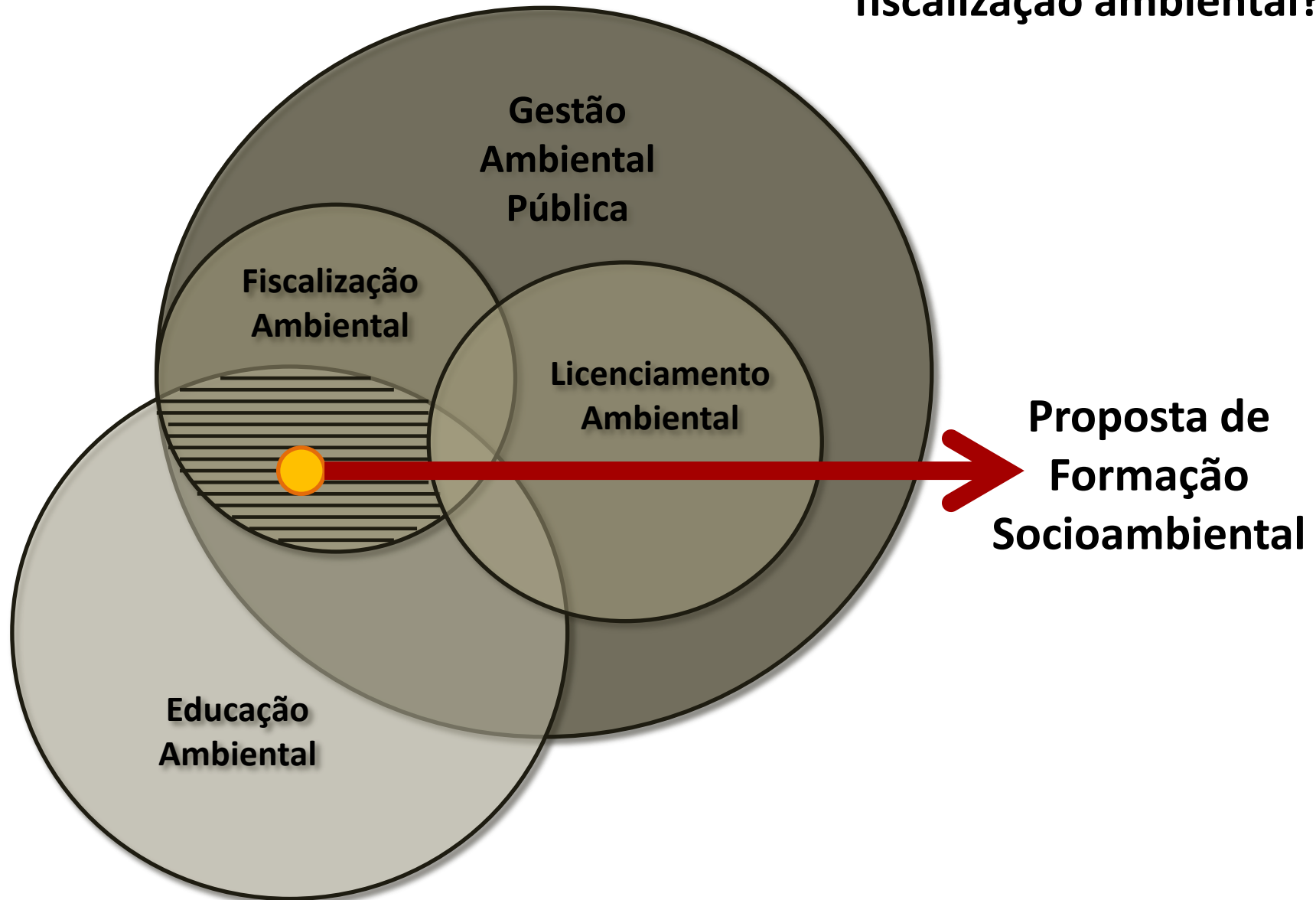
Integrada ao processo de fiscalização, servindo aos objetivos da gestão ambiental e, também, explorando esse contexto para seus fins educacionais mais amplos, entendendo a participação na gestão ambiental como espaço de ensino-aprendizagem.



# Formação Socioambiental

# Pressupostos

Onde podemos localizar esta proposta e qual sua relação com a fiscalização ambiental?



## **Geral**

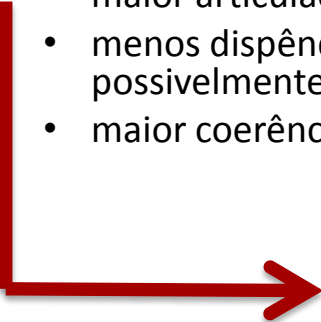
Desenvolver situações e percursos formativos para diferentes grupos e agentes sociais relacionados direta e indiretamente com os objetos de cada plano de fiscalização ambiental.

## Específicos

1. Tomar os **espaços de participação como privilegiados** para se desenvolver o objetivo geral desta proposta.
2. Conhecer a dinâmica destes espaços e **identificar os meios de trabalhar a dimensão formadora**.
3. **Desenvolver situações formativas com os agentes sociais** integrantes deste espaço de GAP, partindo da agenda de cada plano de fiscalização e de cada espaço de participação.
4. **Articular as temáticas dos planos de fiscalização** de maneira complementar umas às outras.
5. **Articular e aproximar diferentes espaços de participação** na GAP, bem como diferentes agentes sociais.
6. Facilitar a **comunicação entre diferentes regiões**, compartilhando propostas, prioridades, ações, resultados alcançados e dificuldades.
7. **Desenvolver espaços formativos para infratores** dos diferentes temas dos planos de fiscalização.
8. **Acompanhar e avaliar** os processos desencadeados.

# FORMAÇÃO NOS PLANOS DE FISCALIZAÇÃO - O QUE A CARACTERIZA:

- Formação perpassa todos os planos de forma **articulada**
  - maior articulação entre os planos (pela via da formação).
  - menos dispêndio de recursos (uma formação que integra em vez de uma de ações somadas e possivelmente sobrepostas).
  - maior coerência com o que se entende por educação e por ambiente.



Educação toma cada processo e ação de fiscalização como potencialmente formadores.

VOLTADOS

- **Finalidade:** incentivo e qualificação da participação em **espaços já existentes**.
  - **À identificação de nexos** entre problemas ambientais e questões sociais, econômicas e culturais;
  - **Ao maior entendimento** sobre o papel e importância da fiscalização;
  - À compreensão e **visão estratégica** sobre GAP → eficiência;
  - **À desconcentração pelo território** do acompanhamento e monitoramento, com ampliação de agentes sociais envolvidos (indivíduos, grupos, órgãos, instituições etc.);
  - **À Articulação** e coordenação de esforços entre as linhas de planejamento da fiscalização ambiental a partir, por exemplo, do vetor **Unidade de Conservação**.
  - À atenção ao território (entorno, bacia, região etc.) onde se encontra a UC – **aumento do fluxo de comunicação** entre as unidades e respectivas comunidades, e de como mediar e administrar eventuais conflitos.



## I. PREVENTIVA

Atuar no **fomento à participação e formação em espaços já existentes** – e respectivos grupos representados -, tornando-os polos de formação para a GAP a partir da qualificação para atuar na gestão ambiental pública (conhecer a problemática socioambiental, a legislação pertinente e demais instrumentos de gestão etc.).

## II. INSTITUCIONAL

Atuação junto a agentes de fiscalização, com vistas a uma **abordagem** que considere as condições do infrator (desinformação, por exemplo).



## III. PÓS-REPRESSIVA

Criação de **situações formativas a infratores**, com vistas a instrumentalizá-los com a legislação pertinente (partindo do pressuposto de que cometem infrações porque desconhecem as leis) e também buscando trabalhar as condicionantes das infrações (quais as outras motivações/condições possíveis dos diferentes tipos de infração?).



# Estrutura da proposta da CFA

Para desenvolver a Formação Socioambiental no contexto da Gestão Ambiental Pública e da fiscalização:

✓  
Referencial teórico-conceitual sobre formação ambiental e GAP (Prof. Quintas, UnB/IBAMA).

✓  
Definição de linhas de atuação da CFA

✓  
**Linha I:**  
PREVENTIVA  
(Formação para a Gestão Ambiental Pública)

Atuar nos espaços de participação na Gestão Ambiental Pública (conselhos de APA, de parques, de UC em geral, de comitês de bacia etc.) – buscar fomentar e qualificar a participação social.

Definir público a se trabalhar (com auxílio da PAmb, FF e IF).  
1. conselhos das UC do plano de fiscalização  
2. conselhos de APA marinhas)

✓  
**Linha II:**  
INSTITUCIONAL  
(Formação para trabalhar a dimensão formadora da fiscalização ambiental)

- Formação para o reconhecimento e trabalho com a dimensão formadora das ações de fiscalização.  
- qualificação de técnicos interessados em articular objetivos formativos àqueles da gestão ambiental (fiscalização).

Definir público a se trabalhar (com auxílio da PAmb, e CTRF).  
  
- Agentes de fiscalização

✓  
**Linha III:**  
PÓS-REPRESSIVA  
(Formação para melhor compreensão das normas ambientais e responsabilidades do Estado)

Criar espaços de formação socioambiental para autuados, com foco na importância das normas.

Definir público a se trabalhar (com auxílio da PAmb e dos CTRF).  
  
- Autuados

# ESTRATÉGIAS – AÇÃO PREVENTIVA

- Criação de **grupo de interlocução** (CFA/CTRF, UC, FF, IF, PAmb) para decidir sobre as ações a serem realizadas. ✓
- Definir **critérios e recortes para início das ações** da proposta formativa, tomando como ponto de partida o diagnóstico dos planos de fiscalização já desenvolvidos (áreas prioritárias). Definir como operacionalizar a proposta. \*
- **Inserir na agenda dos conselhos de UC – inicialmente** - um espaço para o desenvolvimento da proposta de formação.
- Desenvolver um **percurso formativo** constituído de oficinas, demonstrações, palestras, debates, encontros etc. partindo das agendas dos planos de fiscalização que guardam alguma relação com o território de cada UC. \*
- Propor ao menos **três fases** do processo: \*
  - i) reconhecimento territorial e compreensão da problemática socioambiental (com base, também, nas informações dos planos de fiscalização);
  - ii) definição e justificativas das prioridades;
  - iii) definição de plano de trabalho próprio para lidar com tais prioridades (como acompanhar, monitorar, comunicar-se com outros agentes, autoridades etc.).
- Considerar permanentemente **integrados à agenda** de cada tema, os serviços ambientais dos ecossistemas, os problemas relacionados e as principais tendências e estratégias de conservação da biodiversidade e da qualidade ambiental.

# METAS (PROPOSTAS) – AÇÃO PREVENTIVA

## Cada Conselho de UC (no caso do SIM):

- **Construir sua própria dinâmica** de articulação, de compreensão, acompanhamento e intervenção (monitoramento e ações preventivas) em questões socioambientais locais.  
Exemplo: o conselho de uma UC define quais os problemas prioritários da UC e respectivo território, assim como os meios e instrumentos de compreensão e acompanhamento para subsidiar eventuais tomadas de decisão.
- **Construir – ou revisar – seu plano de ação/comunicação** (planejamento do que o conselho fará ao longo de sua gestão, de acordo com os principais problemas que afetam a UC e as demandas dos conselheiros). Os planos de ação deverão buscar articular os temas dos planos de fiscalização da CFA e expor os tipos de relação em rede que os conselhos já têm ou pretendem construir para ampliar a escala de comunicação, monitoramento, fiscalização.

# PRÓXIMOS PASSOS - SIM (PROPOSTOS)

- Formar **grupo de interlocução** (CFA, FF, IF, Ibt, PAmb).
- Desenvolver **proposta** de percurso formativo.
- Levantamento sobre ações formativas vêm sendo desenvolvidas pelas
- instituições.
- **Elencar as UC prioritárias** e estabelecer um plano de desenvolvimento da proposta, cronologicamente. ✖
- **Identificar grupos e agentes** sociais que se relacionam com cada tema de plano de fiscalização. ✖
- **Definir** previamente **territórios das UC** pelas quais começar.
- **Mapear previamente** tais grupos nos respectivos territórios.
- Elencar previamente quais as **possíveis articulações** entre os temas, os agentes sociais e respectivas atuações e a agenda dos conselhos.
- **Desenvolver formato**, metodologia e materiais. ✖

# Cronograma Prévio

Ação/mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Criação de grupos de interlocução e definir recorte de início	█	█										
Conhecer a dinâmica dos conselhos	█	█	█	█	█	█						
Desenvolver situações formativas com os agentes sociais integrantes deste espaço de GAP			█	█	█	█						
Identificar os públicos infratores de cada tema	█	█										
Desenvolver programas de informação, comunicação e formação de infratores		█	█	█	█	█						
Desenvolver meios de identificar as condicionantes das infrações				█	█	█						
Realizar as intervenções junto aos conselhos							█	█	█	█	█	█
Realizar as intervenções junto aos grupos de infratores							█	█	█	█	█	█

# SUGESTÃO DE PERCURSO OU PROGRAMA FORMATIVO

Precisamos definir como abordar cada tema, quais conteúdos e que dinâmicas realizar.

Momentos	Blocos	Temas	
A. 1 dia (6h)	1. Sobre concepções de “natureza” e meio ambiente  2. Sobre gestão ambiental, participação, conselhos, unidades de conservação, conflitos socioambientais. <b>Encomenda de informações para a oficina seguinte.</b>	- Natureza e cultura - Cultura e natureza  - Sobre gestão ambiental  - Sobre participação  - Sobre conselhos  - Sobre unidades de conservação da “natureza”  - Sobre conflitos socioambientais	1ª oficina com conselho
B. 1 dia (6h)	3. Reconhecimento territorial e compreensão da problemática socioambiental (com base nas informações dos planos de fiscalização); <b>Encomenda de definições para a oficina seguinte.</b>	- Mapa Falante/Bio Mapa/Mapa Verde  - Ferramentas de diálogo (Diagrama de Venn; Diagrama de Fluxos)  - Dados gerados a partir dos resultados de operações da fiscalização	2ª oficina – 2 meses depois
C. 1 dia (6h)	4. Definição e justificativas das prioridades.  5. Definição de plano de trabalho próprio para lidar com tais prioridades (como acompanhar, monitorar, comunicar-se com outros agentes, autoridades etc.).	- Alguma técnica participativa de definição de prioridades  - Alguma técnica participativa que auxilie a construção de um plano.	3ª oficina – 2 meses depois

# COMO DESENVOLVEREMOS CADA “MOMENTO” PROPOSTO?

- Quem se identificar mais com determinado tema busca nas referências da lista os conteúdos que considera mais importantes de serem trabalhados, bem como as formas de abordagem e as dinâmicas para se trabalhar com o público.

## COMO DESENVOLVEREMOS OS TRABALHOS?

- Antes de abordar os conselhos, realizaremos uma **oficina com técnicos da UC** (gestores, responsáveis pela EA, estagiários) para familiarização e adaptações da proposta à realidade de cada conselho.
- Tendo determinado número de UC para iniciar os trabalhos, podemos seguir um cronograma assim:

SEMESTRE 1 DA AÇÃO						
	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
UC 1						
UC 2	1ª oficina		2ª oficina		3ª oficina	
UC 3						
UC 4						
UC 5		1ª oficina		2ª oficina		3ª oficina
UC 6						

O semestre seguinte pode ser dedicado a um retorno às UC trabalhadas no período anterior e/ou ao início de trabalhos com outras UC. Pensamos em seis para irmos a três UC por mês. Dependendo de como iremos trabalhar, podemos aumentar este número.

# DOCUMENTOS DE APOIO

- **Carta de Belgrado:** uma estrutura global para a Educação Ambiental – Belgrado, Iugoslávia (Sérvia), 1975.
- Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental - **Tbilisi**, URSS (Geórgia), 1977.
- **Tratado de Educação Ambiental** para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – Rio de Janeiro, Brasil, 1992.
- Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental na Unidades de Conservação – **ENCEA**.
- Programa Nacional de Educação Ambiental – **ProNEA**.
- Política Nacional de Educação Ambiental – **PNEA** (Lei Federal 9.795/99).
- Política Estadual de Educação Ambiental – **PEEA** (Lei Estadual 12.780/2007).
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação – **SNUC** (Lei Federal 9.985/2000).
- **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas** (Decreto Federal 5.758/2006).
- **Mapeamento e Diagnóstico** das Ações de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do SNUC – MMA, 2008.
- Introdução à Gestão Ambiental Pública – MMA/IBAMA, 2006.
- Educação na Gestão Ambiental Pública – MMA/DEA, 2007.



# DOCUMENTOS DE APOIO

## Sobre concepções de natureza e ambiente

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, M. B. "Natureza". In: MOTTA, M. (org.) **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DUARTE JR., J. F. **O que é realidade**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TAMAIÓ, I. **O professor na construção do conceito de natureza**: uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablume: WWF, 2002.

## Sobre participação

LOUREIRO, C. B. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (orgs.). **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, IBASE/IBAMA, 2003.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

DICK, E.; DANIELI, M. A.; ZANINI, A. M. (Orgs.). **Gestão participativa em Unidades de Conservação**: uma experiência na Mata Atlântica – 1. ed. – Rio do Sul, SC, APREMAVI, 2012.

GOMES, E. G. M. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**: Democracia, Controle Social e Instituições. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 110 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) EAESP/FGV, Área de Concentração: Governo Local e Sociedade Civil).

BORDENAVE, J. E.D. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. 5ª. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

## Sobre Unidades de Conservação

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Unidades de conservação da natureza**. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fundação Florestal ; organizador Luiz Roberto Numa de Oliveira; textos Adriana Neves da Silva ... [et al.]. - - São Paulo, SMA, 2009

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de jul.2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação**: Conservando a Vida, os Bens e os Serviços Ambientais. Brasília, DF: MMA/PDA, 2007.

RYLANDS, A. B.; KATRINA, B. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, jul. 2005

CAMARGOS, R. M. F. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais**: as concepções de áreas naturais protegidas. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

MARINHO, M. A. **Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas**: uma análise do Parque Estadual Intervales e o Bairro Guapirivu (Vale do Ribeira, SP). São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.

# DOCUMENTOS DE APOIO

## Sobre Conflitos

GRANJA, S. I. B. **Manual de mediação de conflitos socioambientais**. 1. ed. São Paulo, 5 Elementos Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental, UMAPAZ - Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz, 2012.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. revista. Brasília, IBAMA, 2006.

SCOTTO, G.; VIANNA, A. R. **Conflitos Ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro, IBASE, 1997.

## Para Metodologia

Faria, A. A. C.; Ferreira Neto, P. S. **Ferramentas do diálogo: qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo** Brasília: MMA; IEB, 2006.

GRANJA, S. I. B. **Manual de mediação de conflitos socioambientais**. 1. ed. São Paulo, 5 Elementos Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental, UMAPAZ - Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz, 2012.

TOTH, M.; MERTENS, F.; MAKIUCHI, M. F. R. Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável: as contribuições da educomunicação. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XV, n. 2. p. 113-132. mai.-ago. 2012

BRASIL (Ministério do Meio Ambiente). **Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA**. Brasília, ICMBio/MMA, 2011.

LOUREIRO, C. B. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (orgs.). **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, IBASE/IBAMA, 2003.

MENEZES, D. (org.). **Comunicação, Educação Ambiental e Gestão Participativa: Implementação de atividades de educomunicação socioambiental junto ao Parque Nacional do Pau Brasil**. Projeto Corredores Ecológicos. Parque Nacional Pau Brasil, ICMBio, 2012.

RAMALHO, L.; KLAUSMEYER, A.(Orgs.). **Introdução a Metodologias Participativas: um guia prático**. Recife: ABONG/Sactes-DED, 1995.

INSTITUTO Paulo Freire. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. IPF, São Paulo, sem data.

## Sobre Gestão Ambiental Pública

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. revista. Brasília, Ibama, 2006.

QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ed. Brasília, Ibama, 2006.

THEODORO, S. H.; CORDEIRO, P. M. F.; BEKE, Z. **Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais**. Disponível em: [http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/ARTIGO\\_01.pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/ARTIGO_01.pdf).

# DOCUMENTOS DE APOIO

## Sobre Conselhos

LOUREIRO, C. B. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (orgs.). **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, IBASE/IBAMA, 2003.

CASTRO, I.; MOURA, M. A. S. **Aprendizados com conselhos gestores das unidades de conservação no Programa ARPA**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia e Cooperação Técnica Alemã. Brasília, MMA, 2009.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Piracicaba: Imaflora, SP, Belém, Imazon, PA, 2009.

GOMES, E. G. M. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 110 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) EAESP/FGV, Área de Concentração: Governo Local e Sociedade Civil).

LOUREIRO, C. B. F.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (orgs.). **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos** IBASE, INSTITUTO TERRAZUL, Parque Nacional da Tijuca, 2007.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Gestão Pública**. Ciências Sociais Unisinos, jan-abr - año/vol. 42, n.1. São Leopoldo (RS), 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de jul.2000.